

Rua Monsenhor Meceno, 78, Centro, Lavras da Mangabeira - CE CEP: 63.300-000 | CNPJ.: 07.609.621/0001-16

MENSAGEM AO PROJETO DE LEI № 001/2024

Senhor Presidente, Senhores Vereadores,

Ao prazer de cumprimentar Vossa(s) Excelência(s), venho por meio desta, encaminhar o Projeto de Lei que **DISPÕE SOBRE PAGAMENTO POR DESEMPENHO DA** SAÚDE BUCAL NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE – APS, NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS DO MUNICÍPIO DE LAVRAS DA MANGABEIRA/CE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Com efeito a Portaria nº 960, de 17 de julho de 2023, do Ministério da Saúde, alterou a Portaria de Consolidação GM/MS nº 06, de 28 de setembro de 2017, para instituir o Pagamento por Desempenho da Saúde Bucal na Atenção Primária à Saúde – APS, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.

Com a edição do novo diploma normativo, faz-se *mister* que a matéria seja regulamentada em nível local. Este é o escopo da presente propositura, adequar o ordenamento jurídico do município de Lavras da Mangabeira/CE à nova legislação federal, ao passo em que se busca promover a valorização dos profissionais contemplados.

Na certeza que o presente Projeto de Lei receberá acolhida favorável dos Senhores Vereadores, solicito que o mesmo seja votado e aprovado conforme determina o Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores.





Rua Monsenhor Meceno, 78, Centro, Lavras da Mangabeira - CE CEP: 63.300-000 | CNPJ.: 07.609.621/0001-16

Sem mais para o momento e certos de contarmos com o apoio dos senhores vereadores na aprovação do referido projeto, reiteramos votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Gabinete do Prefeito, 22 de janeiro de 2024.

RONALDO PEDROSA LIMA

PREFEITO MUNICIPAL DE LAVRAS DA MANGABEIRA-CE

Exmo. Senhor

FLÁVIO JEAN ARAÚJO GONÇALVES

Presidente do Poder Legislativo Municipal



Rua Monsenhor Meceno, 78, Centro, Lavras da Mangabeira - CE CEP: 63.300-000 | CNPJ.: 07.609.621/0001-16

PROJETO DE LEI № 01 DE 22 DE JANEIRO DE 2024

DISPÕE SOBRE PAGAMENTO POR DESEMPENHO DA SAÚDE BUCAL NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE – APS, NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS DO MUNICÍPIO DE LAVRAS DA MANGABEIRA/CE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO PEDROSA LIMA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAVRAS DA MANGABEIRA, ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Constituição Federal e Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica instituído, no Município de Lavras da Mangabeira/CE, o Pagamento por Desempenho da Saúde Bucal na Atenção Primária à Saúde - APS, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, com base na portaria Nº 960, de 17 de julho de 2023, do Ministério da Saúde.

Parágrafo único. O pagamento por desempenho da Saúde Bucal será aplicado às Equipes de Saúde Bucal - eSB modalidade I, de 40 (quarenta) horas semanais, vinculadas às equipes da Estratégia Saúde da Família - ESF e cofinanciadas pelo Ministério da Saúde.

Art. 2º. O conjunto de indicadores referente ao pagamento por desempenho, que deverá ser observado na atuação das eSB, será aquele previsto na Portaria GM/MS nº 960, de 17 de julho de 2023, ou outra que a substituir.





Rua Monsenhor Meceno, 78, Centro, Lavras da Mangabeira - CE CEP: 63.300-000 | CNPJ.: 07.609.621/0001-16

Parágrafo único. Os conjuntos dos indicadores do pagamento por desempenho e as regras de apuração poderão ser alteradas após o monitoramento, avaliação e repactuação tripartite, nos termos da Portaria GM/MS nº 960/2023.

- **Art. 3º**. A apuração dos indicadores será realizada quadrimestralmente, conforme os requisitos e regras disciplinados pelo Ministério da Saúde, e os resultados serão disponibilizados no quadrimestre subsequente.
- § 1º. O monitoramento das regras estabelecidas neste artigo ocorrerá conforme disponibilização de painel para monitoramento e avaliação dos indicadores, em endereço eletrônico do Ministério da Saúde referente à APS.
- § 2º. Enquanto houver indisponibilidade do painel de monitoramento de que trata o artigo anterior, será considerado como integralmente cumprido o(s) indicador(es) cuja aferição restar impossibilitada.
- Art. 4º. Em 2023, os valores recebidos pelo Fundo Municipal de Saúde de Lavras da Mangabeira/CE, transferidos fundo a fundo, referentes ao pagamento por desempenho (conforme a Portaria Nº 960, de 17 de Julho de 2023), serão integralmente utilizados para os fins dispostos no art. 5º, I da Portaria GM/MS nº 3.992, de 28 de dezembro de 2017 que engloba exclusivamente aquisição de materiais e de equipamentos odontológicos, reformas e adaptações de bens imóveis sem que ocorra ampliação, assim como reparos em instalações elétricas e hidráulicas, de acordo com o Plano de Trabalho apresentado pela Secretaria de Saúde.
- **Art. 5º.** Em 2024, os valores recebidos pelo Fundo Municipal de Saúde de Lavras da Mangabeira/CE, transferidos fundo a fundo, referentes ao pagamento por desempenho (conforme a Portaria Nº 960, de 17 de Julho de 2023), serão integralmente repassados à

10



Rua Monsenhor Meceno, 78, Centro, Lavras da Mangabeira - CE CEP: 63.300-000 | CNPJ.: 07.609.621/0001-16

Equipe de Saúde Bucal - eSB (cirurgiões dentistas e atendentes de consultório odontológico) na modalidade de incentivo financeiro.

Parágrafo único. Os repasses realizados aos profissionais da saúde bucal serão divididos da seguinte forma: 80% (oitenta por cento) aos cirurgiões dentistas e 20% (vinte por cento) aos atendentes de consultório odontológico.

Art. 6º. Em 2024, o pagamento por desempenho das eSB ocorrerá de acordo com o alcance dos resultados do quadrimestre anterior, considerando as normas estabelecidas pelo Ministério da Saúde.

Art. 7º. Farão *jus* ao pagamento as equipes de Saúde Bucal – eSB credenciadas pelo Ministério da Saúde que atingirem as metas dos indicadores publicadas em Notas Técnicas específicas para o Pagamento por Desempenho da Saúde Bucal na Atenção Primária à Saúde - APS, pela Secretaria de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde (Saps/MS).

Art. 8º. Estarão inaptos a receber o pagamento aqueles profissionais que, dentro do período de avaliação mensal:

 I - Afastarem-se de suas atividades trabalhistas por período superior a 15 (quinze) dias, exceto período de férias;

II - Estiverem afastados da função por motivo de licença por mais de 15 (quinze) dias.

Art. 9º. O incentivo de que trata o art. 5º e 6º desta Lei não se incorporará ao vencimento, não integrará os proventos de aposentadoria e não servirá de base de cálculo para quaisquer vantagens, sendo a sua natureza estritamente indenizatória.





Rua Monsenhor Meceno, 78, Centro, Lavras da Mangabeira - CE CEP: 63.300-000 | CNPJ.: 07.609.621/0001-16

Parágrafo único. O repasse será interrompido ou cancelado caso o programa do Ministério da Saúde seja desativado/extinto.

Art. 10. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias consignadas pelo Ministério da Saúde por legislação específica, repassadas fundo a fundo, vinculadas ao recurso Incentivo financeiro da APS - Desempenho.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos financeiros a 1° de julho de 2023.

REGISTRE-SE - PUBLIQUE-SE - CUMPRA-SE.

PAÇO DO GOVERNO MUNICIPAL DE LAVRAS DA MANGABEIRA, ESTADO DO CEARÁ, AOS VINTE E DOIS DIAS DO MÊS DE JANEIRO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO.

RONALDO PEDROSA LIMA

PREFEITO MUNICIPAL DE LAVRAS DA MANGABEIRA/CE